



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

XII LEGISLATURA (2022 – 2026)

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 27 DE ABRIL DE 2023

Presidente: Ex.^{ma} Sra. Celmira Sacramento
Secretários: Ex.^{ma} Sra. Bilaine Ceita
Ex.^{mos} Srs. José Rui Cardoso
Silvestre Mendes

SUMÁRIO

A Sra. Presidente declarou aberta a sessão às 9 horas e 17 minutos.

Procedeu-se ao Debate de Urgência, requerido pelo Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, com base no artigo n.º 88.º do Regimento da Assembleia Nacional.

Em interpeção à Mesa, o Sr. Deputado Arlindo Barbosa falou sobre a recusa, pela Sra. Presidente, tanto do direito a resposta, como a defesa da honra, dos Srs. Deputados, na Sessão anterior.

O Sr. Deputado Wuando Castro (MLSTP/PSD) procedeu à leitura das Declarações de abertura e de encerramento do debate.

No debate intervieram, a diverso título, os Srs. Deputados, Arlindo Barbosa (MLSTP/PSD), Wuando Castro (MLSTP/PSD), Abnildo d' Oliveira (ADI), Afonso Varela (ADI), Levy Nazaré (BASTA), Raul Cardoso (MLSTP/PSD), Danilo Santos (MLSP/PSD), José António Miguel (ADI), José Maria Barros (MLSTP/PSD), Primeiro-Ministro e Chefe do Governo (Patrice Emery Trovoada), Eláccio da Marta (MLSTP/PSD) e Beatriz d' Azevedo (MCI/PS-PUN).

A Sra. Presidente encerrou a Sessão às 12 horas e 38 minutos.

A Sra. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, bom dia. Srs. Deputados, existe quórum pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 9 horas e 15 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Abnildo do Nascimento **d' Oliveira**
Afonso da Graça **Varela** da Silva
Alberto da Trindade **Luís**
Aleksander Monteiro da Conceição **Lima**
Arlindo Quaresma dos **Santos**
Bilaine Carvalho Viegas de **Ceita** do Nascimento
Celisa Maria Martins dos Reis **Aguiar**
Celmira de Almeida do **Sacramento** dos Santos Lourenço
Danilo Francisco dos Santos **Quaresma**
Edmilson das Neves Amoço
Ekneide Lima dos **Santos**
Honório Sousa Pontes
Itelmiza Duarte Monteiro **Pires**
Ivo Mendonça da Costa
Jorge Sousa Pontes Amaro **Bondoso**
José António do Sacramento **Miguel**
José Carlos Cabral d' Alva
Jozino Malupane da **Veiga**
Laudino Afonso de Jesus
Lourenço Aguiar Freitas
Messias Luís Fernandes Pereira
Nito de Sousa **Viegas d' Abreu**
Orlando Borges **da Mata**
Ossáquio Perpetua **Riôa**
Pedro Jorge de Abreu e **Carvalho**
Silvestre Moreno **Mendes**
Sólito da Cunha Lisboa Neto
Teodorico de Campos
Wilter Kathelen das Neves **Boa Morte**

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Adelino José da Costa
Adlander Costa de **Matos**
Arlindo Barbosa Semedo
Ayza Fortes da **Silva**
Conceição Vieira **Moreno**
Danilo Neves dos **Santos**
Elákcio Afonso **da Marta**
Ermilinda José Dias Borges de Castro Menezes de Pinho
Filomena Sebastião Santana **Monteiro D' Alva**
Gabdulo Luís Fernandes da Fonseca **Quaresma**
Jaime Pires Sequeira de Menezes
Jorge Lopes de **Bom Jesus**
José Maria Afonso de **Barros**
José Rui Tavares Cardoso
Oswaldo António Cravid Viegas d' **Abreu**
Oswaldo Eduardo João

Raúl do Espírito Santo **Cardoso**
Wuando Borges **Castro** de Andrade

MCI-PS/PUN:

António dos Reis **Faleiro**
Baltazar Albertina Quaresma
Beatriz da Veiga Mendes **Azevedo**
Eldimiro Emiliano **Manuel**
João Leonardo de Pina da Trindade Batista

Movimento Basta:

José Dias Carvalho
Levy do Espírito Santo **Nazaré**

A Sra. **Presidente**: — Sras. E Srs. Deputados, vamos proceder ao debate de urgência, proposto ou solicitado pelo Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD. Assim sendo, solicito aos serviços se já estão cá os membros do Governo, para os convidar, por favor.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Barbosa, para um ponto prévio.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, este ponto prévio, antes mesmo da entrada do Governo, tem a ver com o debate de ontem. Quero colocar uma questão que, no nosso ponto de vista, não é correcta. A Assembleia normalmente funciona na base dos regulamentos que estão instituídos. Penso que ontem a Mesa teve um comportamento ou uma atitude da parte...

Murmúrios do ADI e do MCI-PS/PUN.

A Sra. **Presidente**: — Fale de hoje, por favor. Ontem já passou.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Não, não estou a falar de ontem, estou a argumentar.

A Sra. **Presidente**: — O que o Sr. Deputado gostaria de ver mudado hoje? É só isso que estou a pedir.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — A minha intervenção é no sentido de repor, porque ontem fizemos um debate e a Sra. Presidente, por iniciativa própria, subtraiu do debate três artigos: 102.º, 103.º e 104.º.

O Sr. **Eláccio da Marta** (MLSTP/PSD): — Queimou o Regimento.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Eu acho que não é bom para um debate o que se viu ontem, a retirada desses artigos, quando houve acusações directas e o Deputado não teve essa prerrogativa de reagir contra ofensas, ou fazer pedidos de esclarecimento.

Em relação ao tempo, levantou-se aqui ontem, está previsto esclarecimentos e contra protestos. Por isso, eu acho que não é de bom-tom que a Mesa tome essa decisão.

Dois, eu tenho visto desde o princípio da Legislatura uma violação grosseira. Se formos ver o artigo 108.º, penso que temos que repor isso, para o bom funcionamento da Assembleia e para uma boa condução dos trabalhos. Não tem nada a ver com os trabalhos de ontem, é uma questão regimental que deve ser vista penso que antes de nós darmos início a este debate. Não podemos negociar aquilo que está estatuído no Regimento. Temos é que cumprir o Regimento.

Caberá naturalmente à Mesa poder fazer a gestão.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado.

É para dizer que a Mesa não tomou deliberadamente decisão nenhuma. Conversou-se e chegou-se a uma conclusão. E quando a Mesa realmente se apercebeu de que houve ofensa à honra de um deputado, solicitou-lhe se queria responder, o mesmo disse que não. O resto está a continuar tudo normal, Sr. Deputado. Vamos fazer as nossas intervenções na Assembleia Nacional com elevação, com ponderação, para que não haja ofensas à honra de nenhum deputado, de nenhuma deputada e de nenhum cidadão. Se nós agirmos nessa perspectiva, acredito, Sr. Deputado, que não haverá necessidade para essas pequenas questões, que não abonam em nada para a nossa Casa Parlamentar e para a nossa representação.

Muito obrigada.

Já temos cá na Sala o Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, a quem eu saúdo; Srs. Ministros e Sras. Ministras, muito bom dia.

Assim, vamos dar início à nossa sessão.

Para dizer que vamos ter hoje duas sessões: a primeira é debate de urgência e a segunda sessão é sobre assuntos agendados pela Mesa da Assembleia Nacional.

Sem mais demoras, peço ao Grupo Parlamentar proponente do pedido que faça a sua apresentação. Regulamentando não pode exceder 10 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Líder Parlamentar do MLSTP/PSD.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — O Sr. Deputado Wuando Castro.

A Sra. **Presidente**: — Informo também que o tempo não está estipulado para 10 minutos, mas vamos descontar e depois repor.

Tem a palavra o Sr. Deputado Wuando Castro.

O Sr. **Wuando Castro** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente da Assembleia Nacional e Membros da Mesa, Caras e Caros Deputados, Sr. Primeiro-Ministro e os Ministros, bom dia.

Pausa pela não transmissão na Rádio Nacional.

A Sra. **Presidente**: — O Sr. Deputado pode recomeçar, há sinais de que já está a passar na Rádio Nacional.

O Sr. **Wuando Castro** (MLSTP/PSD): — «Cinco meses decorridos sobre os macabros acontecimentos de 25 de Novembro, no Quartel-General das Forças Armadas de São Tomé e Príncipe, e depois de duas tentativas frustradas por parte da Bancada do MLSTP/PSD, para se debater os aspectos políticos e sociais desta situação, através da introdução de um pedido de debate de urgência, logo em Novembro de 2022, e depois através da introdução de uma moção de censura ao VXIII Governo, eis que o poder instalado autorizou finalmente a Sra. Presidente da Assembleia Nacional a agendar o debate requerido, mais de um mês depois da formalização do nosso terceiro pedido, em violação grosseira do Regimento da Assembleia Nacional. Todavia, pese embora o tempo passado, acreditamos que este debate continua actual e necessário, pelo impacto negativo que teve a nível nacional e internacional e sobretudo depois da publicação dos relatórios dos dois inquéritos mandados instaurar pelo Ministério Público dos actos subsequentes praticados»...

Murmúrios.

Pausa pela não transmissão na Rádio Nacional.

A Sra. **Presidente**: — Já nos ouvem a partir da Rádio Nacional?

Peço ao Sr. Deputado Wuando Castro que volte ao púlpito, por favor. Vamos anular o tempo gasto, peço-lhe para recomeçar.

O Sr. **Wuando Castro** (MLSTP/PSD): — Recomeçando.

«Cinco meses decorridos sobre os macabros acontecimentos de 25 de Novembro, no Quartel-General das Forças Armadas de São Tomé e Príncipe, e depois de duas tentativas frustradas por parte da Bancada do MLSTP/PSD, para se debater os aspectos políticos e sociais desta situação, através da introdução de

um pedido de debate de urgência, logo em Novembro de 2022, e depois através da introdução de uma moção de censura ao XVIII Governo, eis que poder instalado autorizou finalmente a Sra. Presidente da Assembleia Nacional a agendar o debate requerido, mais de um mês depois da formalização do nosso terceiro pedido, em violação grosseira do Regimento da Assembleia Nacional. Todavia, pesa embora o tempo passado, acreditamos que este debate continua actual e necessário, pelo impacto negativo que teve a nível nacional e internacional e sobretudo depois da publicação dos relatórios dos dois inquéritos mandados instaurar pelo Ministério Público.

Antes de entrar no cerne da questão, convém lembrar a todos que São Tomé e Príncipe é, nos termos da Constituição da República, um Estado de Direito Democrático, baseado nos direitos fundamentais da pessoa humana (artigo 6.º), que tem como objectivos primordiais promover o respeito e a efectivação de direitos pessoais, económicos, sociais, culturais e políticos dos cidadãos (artigo 10.º).

A Constituição da República garante ainda que o exercício de direitos fundamentais só podem ser restringidos nos casos previstos na Constituição e suspensos na vigência do estado de sítio ou estado de emergência, declarados nos termos desta mesma Constituição, não podendo ser estabelecida nenhuma restrição à suspensão, para além do estritamente necessário (artigo 19.º).

Essa mesma Constituição, considerada a nossa lei fundamental, define ainda que a vida humana é inviolável e em caso algum haverá pena de morte e que ninguém pode ser submetido a tortura, nem tratos ou penas cruéis, desumanas ou degradantes (artigos 22.º e 23.º).

Em 25 de Novembro de 2022, o País viveu uma das páginas mais negras da sua história, com a detenção ilegal, prisão, tortura e execução sumária de quatro cidadãos nacionais, nas instalações do Quartel-General das Forças Armadas de São Tomé e Príncipe, no seguimento de uma alegada tentativa de golpe de Estado anunciada com pose, precipitadamente ao País e ao mundo, pelo Sr. Primeiro-Ministro, Patrice Trovoada. Nesta mesma comunicação, o Sr. Primeiro-Ministro, sem provas nenhuma e de forma irresponsável, avançou os nomes de Arlécio Costa e Delfim Neves, como autores morais e financiadores da alegada tentativa de golpe de Estado, e informou que a situação estava controlada e que não havia nenhum morto e que os alegados invasores ou supostos mandantes estavam detidos no Quartel de Morro, sob a custódia das Forças Armadas. Neste mesmo dia, horas depois, começaram a surgir várias versões contraditórias desses acontecimentos, fotos e vídeos dos alegados invasores no pátio do Quartel, amarrados e com sinais visíveis de agressões físicas. Mais tarde, o País recebeu com estupefacção a notícia da morte de Arlécio Costa, que havia sido detido na sua casa, e dos outros três alegados invasores, sem se avançar as causas. Estranhamente, mesmo depois de todo esse alarido, que colocou o País num rebuliço e instalou um clima de medo e terror na nossa sociedade, o Presidente da República apenas convocou o Conselho Superior de Defesa para o dia 27 de Novembro e só se dirigiu à Nação naquela noite, corroborando a tese de golpe de Estado, apesar das informações contraditórias que já circulavam. Ainda naquela noite, ouvimos também as primeiras declarações do então Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas, o Brigadeiro Olinto Paquete, que narrou a versão dos factos como lhe tinham sido apresentados e afirmou categoricamente que Arlécio Costa morreu porque saltara de uma viatura a caminho do hospital e que os outros três alegados invasores sucumbiram por causa dos efeitos da granada utilizada no ataque à sala onde mantinham refém um Tenente das FASTP. Tudo parecia encaminhado para a sustentação do golpe de Estado, com os rostos dos alegados invasores e supostos apoiadores morais e financiadores identificados, uns mortos e outros detidos, adivinhando a conclusão dos inquéritos instalados pelo Ministério Público, que não iriam fugir do discurso construído, criteriosamente difundido. As coisas pareciam correr como planeadas até que, no dia 30 de Novembro, surgiram novas imagens e vídeos dos acontecimentos do Quartel de Morro, onde vimos claramente que os detidos foram selvaticamente torturados e assassinados por alguns elementos das Forças Armadas, com a conivência dos Oficiais Superiores, Pessoal Médico com requintes de malvadez, coisa nunca antes vista na nossa República. Atendendo às evidências das fotos e das imagens divulgadas, que causaram indignação e repúdio generalizado e que desmontaram toda a narrativa construída até então, o Brigadeiro Olinto Paquete, numa atitude de grande verticalidade, ética e moral, decidiu pedir a sua demissão do cargo de Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas, afirmando que fora enganado e traído pelos seus pares e que a alegada tentativa de golpe de Estado não passava de uma encomenda que seguiu um plano criteriosamente elaborado. O que se esperava depois da divulgação das imagens e dessas graves afirmações era que toda a cadeia do comando das FASTP e o próprio Ministro da Defesa e a Ministra dos Direitos Humanos fossem de imediato demitidos e que os elementos das FASTP facilmente identificados nesses vídeos fossem entregues à Justiça Civil. Estranhamente, nada disto aconteceu.

Por outro lado, naquela semana foram realizadas as autópsias aos corpos dos quatro falecidos, em total secretismo, sem a presença de nenhum médico indicado pelos familiares. Os corpos não foram entregues aos familiares para a realização das tradicionais cerimónias fúnebres, e os funerais foram organizados pela Polícia Nacional, com a presença autorizada de quatro elementos da família, a quem foi entregue um envelope com 1500 dobras como uma espécie de subsídio de enterro ou compensação pela perda dos entes-queridos, que foram eliminados pelas mãos dos Agentes do Estado.

Finalmente, o Ministério Público veio acusar formalmente 23 militares pela tortura e execução sumária de quatro cidadãos no Quartel-General do Morro, dentre eles o Vice-Chefe de Estado-Maior e Comandante do Exército, exigindo a pena acessória da demissão das Forças Armadas de São Tomé e Príncipe. O Sr. Primeiro-Ministro recusou tirar as devidas ilações desses acontecimentos e assacar, uma vez mais, as necessárias responsabilidades políticas por parte de alguns responsáveis que foram constituídos arguidos, por acção ou omissão, e falou em presunção de inocência, chegando ao cúmulo de afirmar que não vai demitir ninguém, até conhecer o resultado final do julgamento.

Reconhecendo o princípio de presunção de inocência, consagrada na nossa Constituição e nas leis, que deve ser aplicado a todos cidadãos e não de forma selectiva, não podemos deixar de questionar o seguinte: o Sr. Primeiro-Ministro tem medo de quê? Está a proteger alguém? Por quê tantas contradições e incoerências durante esse processo? Por que é que não retira as consequências políticas desses actos? Tem a noção do estrago que essa posição do Governo tem causado à imagem e credibilidade externa do Estado são-tomense?

Essas são algumas questões que gostaríamos de ver respondidas no final deste debate.

Convém frisar que nunca foi a nossa intenção imiscuir-nos nas acções e nos trabalhos das instituições judiciais que têm a competência para lidar com esses processos e nem acusar, julgar e condenar quem quer que seja na praça pública. Sabemos que a Justiça tem o seu tempo e precisa de alguma serenidade para funcionar. Por isso, aguardamos com grande expectativa a conclusão desse processo em sede de julgamento e exigimos um trabalho imparcial, sério, diligente e responsável por parte dos agentes do Ministério Público e dos Juizes que foram seleccionados para esses casos. Temos a consciência de que a Instituição Forças Armadas de São Tomé e Príncipe não pode e nem deve ser confundida com as acções isoladas de um grupo dos seus elementos, mas desta vez esperamos que a culpa não venha a morrer solteira. Como foi dito ainda ontem aqui nesta Casa, pelo Sr. Primeiro-Ministro, a impunidade neste país tem que acabar, doa a quem doer! Todos nós temos a responsabilidade de contribuir, dentro das nossas funções e em distintas áreas de acção, para o cabal esclarecimento deste processo, independentemente das nossas divergências de posições, agendas políticas ou interesses de grupos, sob pena de entrarmos num caminho de inutilidade das nossas instituições judiciais, da banalização da violência gratuita e da realização da justiça pelas próprias mãos por parte dos nossos cidadãos.

Diante de todos esses factos e acontecimentos, estranhámos também o silêncio e a inacção do Sr. Presidente da República, o mais alto Magistrado da Nação e defensor da Constituição, a quem instamos, a partir deste púlpito, a tomar uma posição firme sobre tudo o que se está a passar no País e tudo fazer para repor a normalidade constitucional e o normal funcionamento das instituições, a começar pela divulgação do célebre relatório da CEEAC sobre os acontecimentos de 25 de Novembro. Não se pode admitir que, no contexto actual, com formalização destas acusações por parte do Ministério Público, o Governo continue a agir como se estivesse tudo normal, chegando ao ponto de promover, conceder bolsas de estudos, juntas médicas e louvores a pessoas cujo verdadeiro papel nessa trama toda ainda não está devidamente esclarecido.

Por tudo isto, a Bancada Parlamentar do MLSTP/PSD entende que é de supremo interesse nacional que esses assuntos sejam debatidos na Assembleia Nacional, de forma a se esmiuçar os aspectos políticos de todas essas questões e clarificar algumas incoerências e contradições que o próprio processo encerra.»

Muito obrigado pela vossa atenção.

Aplausos do MLSTP/PSD.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado.

Só para nos situarmos, a Conferência de Líderes fixou para este debate 3 horas e, de acordo com a distribuição do tempo, o Governo, o maior Grupo Parlamentar e o Grupo Parlamentar proponente têm igual tempo, 56 minutos, o Grupo Parlamentar do MCI/PS-PUN tem 9 minutos e o Movimento BASTA tem 4 minutos.

Para informar também que o debate será orientado em duas fases. Depois da apresentação pelo proponente vem o Governo fazer intervenção, depois abriremos as inscrições e passará posteriormente o Governo, para responder, se houver alguma questão.

Assim sendo, chamo o Governo para a sua intervenção. O Sr. Primeiro-Ministro ou alguma pessoa que indicar.

O Sr. **Primeiro-Ministro e Chefe do Governo** (Patrice Trovoada): — Não.

Uma voz: — O quê?

Risos e murmúrios do MLSTP/PSD.

A Sra. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Obrigado à Mesa.

Nós estamos no debate de urgência, que é regimentalmente apresentado pelo proponente e depois inicia-se o debate. Assim que o proponente apresenta as razões do seu requerimento, o debate inicia.

A Sra. **Presidente:** — Não! Eu só estou a perguntar em que artigo, para nós esclarecermos. É possível que haja dúvidas e gostaria que referisse ao artigo que está a citar, porque no artigo que consultamos quem tem intervenção agora é o Governo, para a primeira ronda. E depois se suscitar dúvidas à intervenção do Governo abre-se o debate, que fechará com o grupo proponente. É esta a apreciação que a Mesa tem. Mas se o Sr. Vice-Presidente conseguiu algum artigo que a Mesa não tenha, por favor, que nos esclareça.

Estamos à espera, Sr. Vice-Presidente. Se não consegue nenhum artigo para sustentar a sua fundamentação, ainda continuamos a todo tempo à espera do Governo, para a sua intervenção.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Sra. Presidente, eu não quero para nós entrarmos no debate de esclarecimento de qual artigo, o que é que deve suportar ou não. Apenas é minha contribuição, meu entendimento que, feita a apresentação sustentada no artigo 88.º do Regimento, inicia-se o debate. Quer dizer, neste início do debate agora, o Governo intervém quando entender, e os deputados intervêm quando entenderem.

Se a Mesa também tem outro entendimento, eu gostaria de estar esclarecido.

A Sra. **Presidente:** — Cita-me o artigo 88.º, em que ponto? Porque nós estamos a ser acompanhados. Quanto mais esclarecidas as pessoas estiverem, melhor. Portanto, ajude-nos a esclarecer. Há quem nos está a acompanhar. A sua fundamentação, por favor.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Sra. Presidente, eu não quero entrar neste debate. A Mesa também convoca o Governo suportando-se em que artigo?

A Sra. **Presidente:** — Bom, vamos facilitar as coisas. O Governo não vai agora nesta primeira fase fazer intervenção, vamos abrir o debate, os Deputados pronunciam-se e depois o Governo certamente responderá. Mas eu continuo a dizer que me socorri do artigo 88.º e é nesta perspectiva, na condução dos trabalhos, que pedi ao Governo, se quisesse fazer a sua intervenção nesta primeira fase que a fizesse, sem problemas nenhuns. Então, o Governo intervém depois. Vamos abrir o debate e os Deputados pronunciam-se. Vamos ler com atenção, com calma e com alguma destreza, sem muita complicação.

Tem a palavra o Sr. Deputado Afonso Varela.

O Sr. **Afonso Varela** (ADI): — Muito obrigado, Sra. Presidente.

Na verdade, eu consideraria ultrapassada a minha intervenção, depois daqueles esclarecimentos que foram feitos. Estamos em sede de um debate de urgência, que é regulado pelo artigo 88.º e este artigo, em parte nenhuma, estabelece uma precedência na ordem das intervenções. E depois é preciso que fique aqui claro também que é a Assembleia que vai debater, é um debate de urgência. Há debate com o Governo, pode-se chamar os Ministros, mas aqui estamos em sede de debate de urgência, que é proposto por um

grupo parlamentar ou pelo próprio Governo, momento em que ele é obrigado a vir, porque ele propõe. Fora isso, a questão foi introduzida, não é inquirição ao Governo, por isso o Governo não tem que vir responder.

Murmúrios do MLSTP/PSD.

Portanto, o que se passa é que a questão foi introduzida, os Deputados tomam e usam da palavra, nos termos da Lei.

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Afonso Varela.

Quando a Mesa dirigiu-se ao Governo, era na perspectiva deste fazer a sua intervenção. Caso não fosse o momento oportuno, seria o Governo a dizer que na altura não iria fazer intervenção, e não um deputado. Era só isso. Então, tendo em conta que o Governo não vai intervir nesta primeira fase, vamos abrir o debate. Ninguém vai impor ao Governo fazer intervenção neste momento. Era a condução que a Mesa tinha, ninguém obrigou o Governo a vir, mas vamos ultrapassar esta questão, com serenidade. Vamos abrir o debate e depois o Governo responderá. Está cá o Governo para o efeito.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Ainda nesta matéria.

A Sra. **Presidente**: — Ainda nesta matéria? Tem a palavra, mas vamos tentar ajudar a ultrapassar esta questão.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Saudações a todos.

Venho fazer um reparo. Nós, quando introduzimos o debate de urgência, dissemos claro que era um debate com o Governo. É para fazer aqui uma correcção, porque o Sr. Deputado disse que era um debate, os Deputados falariam entre si. Não! Dissemos que pedimos um debate de urgência com o Governo, está escrito no nosso pedido.

Aplausos do MLSTP/PSD.

É um pedido de debate de urgência.

Depois, na nossa introdução ao debate, já formulamos várias questões ao Sr. Primeiro-Ministro, ou ao Governo, como entender. Fizemos várias perguntas que devem ser respondidas, ou podem ser respondidas, é tudo igual, dá no mesmo. Portanto, eu disse podem ou devem, é tudo igual...

Murmúrios do ADI.

Portanto, meus caros, temos aqui o desejo de esclarecer diversos factos. Já na nossa introdução falamos delas, fizemos um conjunto de interrogatórios, um conjunto de perguntas, que nós gostaríamos de ver respondidas, para que possamos depois introduzir outras. Se essas perguntas não forem respondidas, teremos dificuldades em avançar com outras perguntas.

Muito obrigado.

Aplausos do MLSTP/PSD.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado.

Não vou abrir mais espaço para esclarecimento.

O Sr. **Levy Nazaré** (BASTA): — Interpelação à Mesa. Não é sobre este assunto.

A Sra. **Presidente**: — Não é sobre este assunto? Mas, então, vamos ver se ultrapassamos primeiro este assunto. A sua intervenção vai ajudar a ultrapassar este assunto?

O Sr. **Levy Nazaré** (BASTA): — Não, não. Não é sobre este assunto.

A Sra. **Presidente**: — Então, ultrapassemos este assunto e depois lhe passarei a palavra. Pode ser? Está bem.

Eu quero pedir muita calma, muita serenidade, vamos abrir o debate, as perguntas já foram formuladas pelo Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, vão continuar, vai-se acrescer outras, com intervenções posteriores. Combinado? Vamos fazer assim.

Então, tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (BASTA): — Obrigado, Sra. Presidente.

Tenho 2 minutos, segundo o Regimento.

É para ajudar sobre aquilo que aconteceu ontem, em que se negociou aqui alguns direitos regimentais das Sras. e Srs. Deputados, o que não deveria acontecer, mas aconteceu. O direito a protesto, contra protesto, interpelação à Mesa, esclarecimento e defesa da honra das Sras. e dos Srs. Deputados não pode ser negociado. São direitos regimentais que, ao presidir-se os trabalhos parlamentares, têm que constar. É um direito dos Deputados, para não voltar a acontecer. É verdade que hoje não se falou disso, mas é um pedido que eu faço. Já se falou? Pronto, cheguei tarde. Não sei qual foi a conclusão a que se chegou, mas eu quero dizer que são direitos regimentais que não podem ser negociados, não só hoje, como nas próximas reuniões.

Pedir também, dentro destes 2 minutos, a Sra. Presidente já o fez, apelo de serenidade, porque o assunto que se trata hoje é um assunto de extrema importância para a Nação são-tomense. Morreram quatro cidadãos são-tomenses, podia ser qualquer um de nós aqui nesta Sala.

Aplausos do MLSTP/PSD.

Por isso, eu acho, é minha interpretação, não é assunto para se vangloriar, para palmas, não é coisa para se bater palmas.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A Sra. **Presidente**: — Obrigada, Sr. Deputado.

Sobre o que aconteceu ontem, nós já conversamos aqui, estávamos todos aqui nesta mesma Sala, dirigimos a sessão, ontem, pronto, assumimos todos. Se é que erramos, assumimos todos, as nossas sinceras desculpas.

Vou continuar pedindo inscrições, tendo em conta que o Grupo Parlamentar proponente já expôs os seus motivos, para o pedido de debate de urgência.

Está aberta a inscrição.

Pausa.

A Mesa está à espera. Quem são as Sras. e os Srs. Deputados que querem fazer intervenção, neste debate que é o debate de urgência, solicitado pelo Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD? Estamos à espera. Agora é o momento. Os Srs. Deputados têm a palavra, agora é o momento para se esclarecer as dúvidas todas, com relação à matéria em causa.

Temos 3 horas para o debate, estamos a tempo, temos todo tempo.

Pausa.

Só para contextualizar, estamos perante o artigo 88.º do Regimento, vou citar os pontos, que dizem textualmente o seguinte:

«1. Os Grupos Parlamentares e o Governo podem requerer, fundamentalmente, ao Presidente da Assembleia Nacional a realização de debates de urgência.

2. Os debates de urgência são apreciados e aprovados pela conferência dos representantes dos grupos parlamentares na primeira reunião posterior à sua apresentação e realizam-se numa sessão plenária na semana da sua aprovação ou na semana imediatamente posterior.

3. O debate é organizado em 2 voltas, por forma a permitir pedidos adicionais de esclarecimento.

4. Durante a sessão legislativa, cada grupo parlamentar tem direito à marcação de debates de urgência durante o período da ordem do dia, nos termos seguintes:

- a) Até 10 Deputados, 1 debate;
- b) Com 10 a 20 Deputados, 2 debates;
- c) Superior a 20 Deputados, mais de 2 debates.

5. Nos casos em que a realização do debate decorre do exercício de direito referido no número anterior, cabe ao Grupo Parlamentar proponente o encerramento do debate.»

Citado o artigo 88.º, e é nesta perspectiva que estamos cá para orientar os trabalhos. Vamos inscrever, vamos debater, é hoje o momento, é hoje a altura própria para acontecer o tão esperado debate. Portanto, o povo lá fora espera de nós alguma coisa, não é? Vamos debater, vamos esclarecer, e aqui é o lugar para isso.

Pausa.

Ficaremos aqui sentados as 3 horas, eu não vou arredar os pés daqui. Findas as 3 horas, encerrarremos a sessão, e amanhã será outro dia.

Pausa.

Um debate tão solicitado e tão propalado, um momento tão esperado, para não haver qualquer intervenção? Eu posso solicitar, qual é o tempo? Vamos chamar um técnico para ver isso. Com relação ao tempo, não há problemas, o tempo será repostado, mas não havendo intervenção, realmente, não vamos estar cá as 3 horas. Não havendo intervenção, nós temos é que seguir e não se segue estando no mesmo lugar. É verdade que não vamos chamar o Governo para cá, estamos aqui a olhar uns para os outros, mas nós também dissemos que vamos fazer algumas questões, para se adicionar às outras apresentadas. Mas é verdade também que não é obrigatório responder no momento que nós desejamos, não é? O essencial é responder às questões. Nesta perspectiva, se o Grupo Parlamentar proponente não tiver mais questões ou não quiser fazer mais intervenção, eu peço o encerramento. O tempo? Está aí o técnico. São 56 minutos, a primeira intervenção não conta. O ADI tem 56 minutos, o Grupo Parlamentar proponente tem 56 minutos e o Governo tem 56 minutos.

Aquele ponto não era propriamente debate. Então, vamos a elas. Quem é a Sra. ou o Sr. Deputado que vai se inscrever? Está repostado o tempo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Raúl Cardoso.

O Sr. **Raúl Cardoso** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, Srs. Membros do Governo aqui presentes, bom dia.

Sra. Presidente, eu quero começar por um ponto prévio, um assunto que ontem já se devia levantar nesta Casa Parlamentar. Sra. Presidente, há um despacho que foi feito e assinado por esta Casa Parlamentar, a senhora assinou, quando houvesse sessões plenárias, haveria aqui um sistema de controlo de entradas dos Deputados. Estranhamente, isso só acontece nos dias em que está cá o Sr. Primeiro-Ministro. Será que a única vida que nós devemos respeitar é a do Sr. Primeiro-Ministro? A sua vida, a vida dos 55 Deputados não têm qualquer valor?

O Sr. **Eláccio da Marta** (MLSTP/PSD): — É um lixo.

O Sr. **Raúl Cardoso** (MLSTP/PSD): — A nossa vida é um lixo? Portanto, é bom que se reveja isto, porque nós já nos apercebemos de que toda gente aqui é vistoriada, mas os membros do Governo não são vistoriados, não são controlados,...

Murmúrios do ADI.

... nós temos imagens. Temos imagens, nós temos vídeos. Nós não estamos a falar à toa. Dr. Varela, seja coerente! Nós temos imagens. Ainda bem que nós guardamos as imagens de ontem. Podem pôr depois nas redes sociais, para todo o povo ver o que aconteceu.

Agora, Sra. Presidente da Assembleia Nacional, nós fizemos a introdução ao debate e nesta intervenção inicial foram colocadas questões...

Entretanto, o Sr. Deputado Elákcio da Marta colocou no peito uma fotografia do falecido Arlécio Costa.

Pausa.

A Sra. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode fazer isso lá fora. Aqui, não. Por favor. Eu vão mandar o Segurança tirar aquilo...

Protestos do MLSTP/PSD.

Tirar do peito, sim. Aqui, não.

O Sr. **Elákcio da Marta** (MLSTP/PSD): — A Justiça tem que funcionar. Quem morreu não é cão, é um cidadão são-tomense, com família e filhos para educar.

A Sra. **Presidente**: — Aqui, não, por favor.

Murmúrios gerais.

Ordem por favor.

Tem a palavra o Sr. Deputado Líder Parlamentar do MLSTP/PSD.

O Sr. **Elákcio da Marta** (MLSTP/PSD): — Eu já tirei, Sra. Presidente. Eu já tirei.

Murmúrios e risos do ADI.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, eu acho espantosa a reacção da Bancada do ADI. Se acompanhamos os debates internacionais, ontem, dia 25, foi natural, e o Presidente não pediu para abaixarem os cartazes. Tão simplesmente, pelas expressões do presidente de um partido, que foram violentas, aí sim o Presidente do Parlamento reagiu. Expuseram um conjunto de coisas na Sala do Plenário, na Bancada, ninguém mandou tirar.

Mas para facilitar e não complicar, o Deputado Elákcio vai tirar e tudo ficará em paz. Muito obrigado.

Murmúrios.

A Sra. **Presidente**: — Vamos retomar.

Eu agradeço o Sr. Líder Parlamentar do MLSTP/PSD, pelo bom senso.

O Sr. Deputado Raúl Cardoso, pode continuar, se faz favor.

O Sr. **Raúl Cardoso** (MLSTP/PSD): — Obrigado, Sra. Presidente.

Houve aqui uma introdução feita pelo Deputado Wuando Castro. O que o Deputado Wuando Castro procurou fazer foi uma retrospectiva daquilo que aconteceu no 25 de Novembro. Avançou com algumas questões que a nossa Bancada gostaria de ver esclarecidas pelo Governo, mas há um silêncio. Quem cala, consente. Hoje, nós entendemos o porquê de se vir recusando debater este assunto aqui. É porque o Governo não tem resposta. O Governo está envolvido até a cabeça neste assunto. Sr. Primeiro-Ministro, o senhor sabe de muita coisa e eu quero que o senhor venha explicar à Nação. Quem morreu são seres humanos. Eu quero perguntar ao senhor, se o senhor dorme tranquilamente, sabendo que há 4 vidas que foram ceifadas no Quartel.

Eu olho para os Deputados do ADI e pergunto, os senhores são ou não são são-tomenses? Sentem ou não sentem a dor das famílias?

Portanto, é isso que eu quero que me expliquem.

Sr. Primeiro-Ministro, o senhor foi a Portugal e uma jornalista da RTP-ÁFRICA fez ao senhor uma pergunta simples, muito simples, depois do seu discurso muito tranquilo em São Tomé: o senhor foi ou não foi ao Quartel? O Senhor se recorda do que respondeu? Nós queremos aqui. Nós sabemos o que foi que o

senhor respondeu, mas nós queremos que aqui o senhor nos responda: o senhor foi ou não foi ao Quartel, na manhã do dia 25? Porque é preciso nós sabermos até que ponto o senhor sabe.

Outra coisa, Sr. Primeiro-Ministro, como é que o senhor teve a informação sobre o estado da Nação? Quem foi o mensageiro? Nós sabemos que os telemóveis foram rastreados. Porque razão o seu telemóvel não foi rastreado?

Portanto, é preciso que se esclareça. Nós aqui não queremos entrar nos meandros do processo...

Murmúrios do ADI.

... não é este o nosso propósito. O que nós queremos é que o Primeiro-Ministro nos esclareça sobre as dúvidas que persistem, as dúvidas que estão na cabeça de muitos são-tomenses. Nós queremos que nos explique.

Muito obrigado.

Murmúrios.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Raúl Cardoso.

Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel, Líder Parlamentar do ADI.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Sra. Presidente da Assembleia Nacional, Sr. Primeiro-Ministro, Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Eu gostava apenas de falar sobre a intervenção do Deputado Raúl Cardoso, eu o conheço bem e falo o nome, que veio cá fazer algumas acusações. Nós estávamos mesmo a ver isso.

Sr. Deputado, o ADI não tem a tradição de chegar ao poder a reboque. Não tem tradição, pode ter sido uma vez, porque precisavam que nós lá tivéssemos, mas não tem a tradição de chegar ao poder a reboque, não tem a tradição de chegar ao poder de nenhuma outra forma, se não por via das urnas. Tanto é que nós ganhamos as eleições em 2010, ganhamos as eleições em 2014, ganhamos as eleições em 2018, com maioria absoluta...

Aplausos do ADI.

... mas vocês roubaram, partiram urnas. Quem participou do desaparecimento das urnas está na Sala, eu não vou falar o nome. Se a Justiça funcionasse de facto na altura... Isso é um atentado contra à democracia, é um crime. Destruíram as urnas, destruíram os votos, queimaram para que o ADI não tivesse maioria absoluta. Mas o ADI soube esperar. O ADI esperou e em 2022 o povo voltou a dar-lhe vitória clara e inequívoca.

Eu não vejo como é que o ADI ou o seu Governo teria qualquer interesse em dar um golpe de Estado a si mesmo, enquanto está no poder, com maioria absoluta. Isso não cabe na cabeça de ninguém. Esta é a primeira questão.

Segunda questão, depois da tentativa de golpe, as diligências foram dadas exactamente pelo Chefe do Governo, para esclarecimento da situação. Por isso, nós não compreendemos como é que vêm colocar essas questões, que para nós não têm o menor cabimento. Por quê? Porque qualquer processo judicial tem as suas tramitações e nós sabemos que temos período de investigação, instrução, período de acusação, pode haver denúncia, o último é o julgamento e, sobretudo, transitado em julgado. O processo está em curso. Nós temos aqui todo o processo em curso. Nós não sabemos por que é que vocês estão tão atrapalhados, a inventar acusações, a trazerem perguntas que não têm cabimento. Eu já vos disse uma vez, eu me recordo, aquando da Conferência de Líderes, em que entendemos que não deveria haver debate de urgência, nós dissemos que é porque o assunto está entregue à Justiça. Tanto é que nós também pedimos uma comissão parlamentar de inquérito (CPI), na altura. A resposta foi que o processo estava na Justiça. Estando o processo na Justiça, não pode haver CPI aqui na Assembleia Nacional. É tão simples como isso.

Se for para nós falarmos de nomes, tenho cá nomes, o processo tem nomes, mas nós não queremos dizer: fulano, você é isto, é aquilo, porque não faz parte do nosso feitio, mas há pessoa que está aqui na Sala a olhar para mim, muito bem, sabe, seu nome está aqui, como testemunha ou não, está escrito, citado várias vezes, e a população sabe. Hoje em dia, as pessoas acompanham tudo. A pessoa citada foi para a

comunicação social, numa conferência de imprensa, atrapalhou, falou asneiras, acusou pessoas. Vocês estão muito atrapalhados. Eu acho que vocês precisam de se acalmar um pouco mais.

Risos e aplausos do ADI.

Há pessoas que têm tantos anos na Casa Parlamentar, que eu até podia admirar, mas nada disso, não fazem por merecer admiração. Não é possível uma pessoa que conhece, mesmo não sendo formado em Direito, mas conhece um pouco de processos, conhece as tramitações, não faz sentido estar a trazer esse tipo de acusações para cá. É triste, porque nós temos pessoas que estão a nos acompanhar, estão a nos ouvir, inclusive nossos alunos. Vão dizer, será mesmo o meu professor que está a dizer essas coisas? O meu professor não tem o mínimo de decência para chegar aqui e dizer, não, processo está na Justiça?

Eu não vou aqui dizer que se citou o nome de Pedro ou Francisco. Até posso ver, está no processo, mas eu não vou aqui dizer Francisco, Marcos, Francisco é culpado, Francisco fez. Eu não posso dizer uma coisa dessas. Por quê? Deixemos que o processo corra os seus trâmites.

O Governo, na minha perspectiva, não tem o que explicar. O que é que vai explicar? Não tem o que explicar. Quem vai explicar é o Ministério Público, são os Tribunais, são as pessoas que estão cá citadas. Eu acho que essas pessoas nem deveriam estar cá.

Aplausos do ADI.

Deveriam estar lá a explicar. Aqui, não faz sentido.

Eu vou estar lá sentado à espera que alguém que está citado no processo levante e venha explicar. Depois eu vou dizer a essa pessoa, não, vai explicar lá. Não explique aqui.

Vocês querem debate, ok, façam o vosso debate. Vocês têm algo a acrescentar à investigação, que façam. Podem fazer. Nós vamos ouvir um bocado aqui e vocês vão fazer depoimento de outra parte nos Tribunais. Façam o vosso trabalho!

Muito obrigado pela vossa atenção.

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado e Líder do Grupo Parlamentar do ADI, José António Miguel.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria.

O Sr. **José Maria Barros** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, Excelência, Sras. e Srs. Deputados, Excelências, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo: Se eu me lembro bem, numa das intervenções do Sr. Primeiro-Ministro, o senhor teria dito que estaria disponível a vir a esta Casa Parlamentar, para discutir...

Murmúrios do ADI.

... sobre esses assuntos, depois da conclusão dos trabalhos do Ministério Público.

Sr. Patrice Emery Trovoada,...

Uma voz do ADI: — Primeiro-Ministro.

O Sr. **José Maria Barros** (MLSTP/PSD): — ... os acontecimentos do ano passado, no recinto do Quartel das Forças Armadas, devem ser reprováveis por qualquer ser humano, independentemente das causas, tendo em conta que os 4 cidadãos, que se encontravam neutralizados, morreram. Não está em causa, Senhor Primeiro-Ministro, a Instituição Forças Armadas, mas sim os militares que torturaram até a morte os quatro seres humanos, de forma bárbara, nunca visto no nosso solo pátrio.

Senhor Primeiro-Ministro, o senhor como dito defensor da Justiça, aliás, ainda ontem teria dito que quem deve tem que pagar, então, aqueles militares que torturaram até a morte as quatro pessoas, com imagens super esclarecedoras, ainda devem beneficiar da presunção de inocência, como o senhor teria dito? Por que é que o senhor defende tanto aqueles militares criminosos? Por que é que o senhor premeia os

torturadores criminosos, com formação e promoções, quando foram já constituídos arguidos pelo Ministério Público? Por quê, Sr. Primeiro-Ministro, alimentar os seus seguidores, para difamar, denegrir ou mesmo ameaçar os são-tomenses, e não só, que clamam pelo esclarecimento da verdade dos acontecimentos do 25 de Novembro?

Por que razão o Sr. Primeiro-Ministro não torna público o relatório do CEEAC? O que está nesse relatório que incomoda o Sr. Primeiro-Ministro? Depois de ver essas imagens, o Sr. Patrice Trovoada e os Srs. Membros do Governo conseguem dormir tranquilamente?

Por essas e outras razões, está claro e visível a pouca vontade do Sr. Patrice Trovoada e o seu Governo para os que os actos criminosos do 25 de Novembro sejam esclarecidos.

Sr. Primeiro-Ministro, quem não deve, não teme. Aqui é mundo. Cá se faz, cá se paga. A justiça divina tarda, mas não falha.

Risos do ADI.

Que Deus abençoe São Tomé e Príncipe.
Muito obrigado.

Aplausos do MLSTP/PSD.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado José Maria Barros.

Murmúrios do ADI.

Tem a palavra o Sr. Deputado e Vice-Presidente da Assembleia Nacional, Abnildo d' Oliveira, para uma intervenção.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro: É com muito orgulho que eu digo que fui criado pela minha avó, não sabia ler, mas hoje eu sei ler. Puseram-me na escola para eu ler. Quando eu ouvi a intervenção de Sua Excelência o Sr. Deputado Wuando Castro, em representação da sua Bancada, e a intervenção do Sr. Deputado Raúl Cardoso, que por sinal é Professor Universitário, eu fiquei, epá, eu não sei onde é que eu estou. Isso é resultado de *caterpillar*...

Murmúrios e risos do ADI.

Entretanto, houve corte de energia eléctrica, quando eram 10 horas e 40 minutos.

Retomou-se às 10 horas e 54 minutos.

A Sra. **Presidente**: — Estamos só à espera da conexão da Rádio à Assembleia, para retomarmos os nossos trabalhos. Caiu a energia, caiu tudo, a transmissão é *on-line*, portanto, há esses constrangimentos técnicos. Segundo informações dos serviços, devemos recomeçar para que a Rádio apanhe o sinal, mas esse recomeço não sei de onde seria. Pela intervenção, podia-se perder alguma coisa.

O Sr. Deputado que fazia uso da palavra quer continuar?

Então, retome, por favor.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Muito obrigado, Sra. Presidente.

Quando coisas dessas acontecem, até perdemos o fio do pensamento, mas não fugindo, para a comunicação social e quem nos acompanha fora do País, há quatro documentos que falam sobre a tentativa de golpe de Estado de 25 de Novembro. Para dizer que, de todos esses documentos, dois relatórios da Polícia Judiciária e dois despachos da Procuradoria-Geral da República, um tem 67 páginas, o Processo 767, outro tem 104 páginas, 103 páginas, 105 páginas. Estamos a falar de cerca de 500 páginas, número redondo. E nestas páginas todas, para uma pessoa que é honesta intelectualmente, depois de ler, em nenhum momento o nome de Patrice Trovoada é citado. Mas há nomes de figuras da República que foram citados.

Primeiro, como é que, quer nos relatórios, quer nos despachos, fala-se de tentativa de inversão da ordem constitucional, por via de força, e o meu colega Deputado Wuando vem dizer que foi uma inventona? Então, o senhor está a contrariar a instituição que está cá? E foi ministro!

Dois, no âmbito da cooperação com o Estado português, o nosso País requereu o apoio técnico da Polícia Judiciária Portuguesa. Eu concluo e todos os são-tomenses sabem que esses relatórios foram feitos com o suporte técnico da Polícia Judiciária Portuguesa. A minha pergunta é, os senhores estão a descredibilizar esse relatório? Os senhores concordam com esse relatório ou não? Primeira questão.

Segunda, nós estamos numa análise, o processo está no foro jurídico, o MLSTP/PSD quer trazer para uma questão política. Eu sempre disse, isto não é um disco gasto. É um disco da actualidade. O MLSTP/PSD está a usar uma teoria psicológica, chama-se a teoria da falsa projecção. Essa teoria da falsa projecção é dizer assim, eu posso explicar? Um indivíduo comete o seu crime e depois o quê que faz? Para se esconder, ele arranja um outro acusador. Olha o criminoso, olha o ladrão, olha isto.

Murmúrios.

Eu estou a explicar a teoria. Se eu indicasse para vocês, iam pedir direito de resposta. Por isso, falei para o meu Grupo Parlamentar. Isto é a teoria da falsa projecção. Os senhores sabem o que fizeram, como fizeram, sabem quais são as pessoas que fizeram e participaram, mas estão a tentar inverter a ordem. E que fique claro, isto tudo tem uma explicação. Nas vésperas das eleições presidenciais, primeiro, impedir que o cidadão pudesse recensear, candidatar, queriam adiar as eleições presidências; depois das eleições presidências, impediram que houvesse recenseamento e actualização dos cadernos; depois das eleições, tentaram somar votos, para impedir que o ADI tivesse... eu não sei, mas é a República que se diz Estado de Direito. São as mesmas pessoas que vêm defender a democracia que queriam somar votos, que não existem, não queriam entregar o poder e depois vieram dar, 15 dias depois, golpe de Estado. O quê que acontece, senhoras e senhores? Tão claro, como água! E o meu Líder Parlamentar disse, aqui neste relatório, tem nomes de pessoas que estão nesta Sala, e não estão na Bancada do Governo. Está na Bancada dos Deputados. São essas pessoas que deveriam responder ao povo de São Tomé e Príncipe o que sabiam, por quê não impediram e qual é o objectivo de deixarem isso acontecer.

Muito obrigado.

Aplausos do ADI.

Murmúrios gerais.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Vice-Presidente.

O Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares estava a acenar. É para alguma intervenção?

Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro e Chefe do Governo**: — Sra. Presidente da Assembleia Nacional, Mesa, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

O Governo, depois do início do debate, vai contribuir na medida do possível e naquilo que são as fronteiras do respeito pela independência dos Tribunais, da Justiça, e no respeito também da presunção da inocência, do contraditório e do tempo, que é o tempo da Justiça e que nos permitirá, quando tudo isso estiver concluído, de termos um conhecimento, o mais profundo, daquilo que aconteceu e das responsabilidades de cada um.

Em primeiro lugar, já que se tem falado muito do relatório da CEEAC, convém dizer o seguinte, porque neste aspecto do relatório da CEEAC, que é um documento que chegou às mãos do Presidente da República e do Governo, nós temos que esclarecer, para as pessoas não pensarem que há aqui uma vontade deliberada de não partilhar o relatório. Então, no dia 28 de Novembro, eu depois deixarei esses documentos...

O Sr. **José Carvalho (BASTA)**: — Só agora?

O Sr. **Primeiro-Ministro e Chefe do Governo**: — ...olha meus senhores, bom eu vou continuar, porque realmente temos que ganhar tempo. Para toda gente que está interessada: «Libreville, 28 de Novembro de 2022.

Exmo. Sr. Primeiro-Ministro, em resposta ao que foi solicitado à Comunidade, quer por Vossa Excelência, quer por Sua Excelência o Presidente da República, para ajudar o País a esclarecer sobre o ocorrido na madrugada do dia 25 de Novembro em São Tomé, apraz-nos levar ao conhecimento de Vossa Excelência que uma delegação da CEEAC, chefiada pelo Sr. Banté Mangaral, chegará a São Tomé na Terça-feira, dia 29, através do voo, etc.(...).

O Sr. Comissário da CEEAC far-se-á acompanhar dos senhores (...)

A delegação buscará fazer o inquérito internacional independente, que foi solicitado com o apoio logístico e a cooperação com o Sistema das Nações Unidas na República Democrática de São Tomé e Príncipe, no respeito da legislação pertinente do País.

Neste quadro, venho solicitar a Vossa Excelência, Sr. Primeiro-Ministro, a protecção e colaboração das autoridades de São Tomé e Príncipe, ao trabalho desta missão independente de inquérito, cujo relatório será secreto, dirigido às autoridades de São Tomé e Príncipe e à Instância da Comunidade.

Aproveito a oportunidade para reiterar (...).

Nota verbal da CEEAC, dia 28 de Novembro de 2022.»

Repito que nesta nota verbal está escrito «o inquérito cujo relatório será secreto, dirigido às autoridades de São Tomé e Príncipe e à Instância da Comunidade». É esta nota verbal que eu deixarei aqui para a Assembleia Nacional.

Segundo, nota de remessa de relatório, assinada pelo Embaixador Gilberto da Piedade Veríssimo.

«Dia 22 de Fevereiro de 2023, objecto, remessa do relatório preliminar da Missão Internacional de Investigação sobre os acontecimentos ocorridos em 25 de Novembro de 2022, na República Democrática de São Tomé e Príncipe». Essa nota é dirigida ao Presidente da República, a quem eu pedi autorização para ler aqui, porque eu também estou citado neste relatório: «Excelentíssimo Senhor Presidente, na sequência dos acontecimentos ocorridos a 25 de Novembro, na República Democrática de São Tomé e Príncipe, a vosso pedido, a Comunidade Económica dos Estados da África Central, instituiu uma missão de informação e de contacto composta por personalidades políticas e técnicos da CEEAC e por peritos colocados à disposição da Comunidade por três Estados: Burundi, RCA e RDC, de 29 de Novembro a 21 de Dezembro.

O principal objectivo da dita missão consistia em ajudar e fazer luz sobre os acontecimentos supra mencionados. Além destes objectivos, a missão tinha também, como objectivo específico, averiguar as circunstâncias do falecimento das vítimas, assegurar o respeito ao direito humano das pessoas detidas e avaliar o impacto dos acontecimentos no ambiente político, tal como referi nos termos de referência da missão que foi apresentada.

Tendo concluído a parte preliminar, tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência, Presidente da República, o relatório preliminar da missão supra mencionada, tal como também os termos de referência da missão, para os devidos efeitos.

Queira aceitar, Excelência...»

Tenho aqui o termo de referência, que está em francês, mas algumas pessoas aqui estudaram o francês. O que é que diz? Mais ou menos a mesma coisa, mais a frente, eu vou para a parte mais importante, mas eu posso ler. Se tiverem paciência, eu leio, 3, 4, 5 páginas. Eu quero poupar, mas vamos ler: «*La Commission de la Communauté Economique des États de l'Afrique Centrale* (CEEAC)...».

Murmúrios gerais.

Então? Olha, podem ficar descansados que o documento ficará aqui e será traduzido. Eu espero que assim toda gente saberá, mas enfim, o mais importante, no parágrafo final: «*Le rapport partiel et final de la mission seront tenus secrets. Leur destinataires seront les Entités de la République Democratique de Sao Tome et Principe, Son Excellence le Président de la République et Son Excellence le Premier-Ministre; Son Excellence Felix Antoine Tshisekedi de Tshilombo, Président de la République Democratique du Congo; et le Président en Exercice de la Conférence des Chefs des États*, Gilberto da Piedade Veríssimo.»

O que é que isso diz? Vou traduzir agora. Diz que os destinatários dos relatórios parciais, preliminares e finais serão: o Presidente da República de São Tomé e Príncipe, o Primeiro-Ministro de São Tomé e

Príncipe; o Presidente da República Democrática do Congo e o Presidente em exercício da CEEAC. Os relatórios serão secretos.

Assinado, Embaixador Gilberto da Piedade Veríssimo, da CEEAC.

Bom, então, eu espero que esse assunto fique esclarecido...

Murmúrios e aplausos do ADI.

Mais ainda, no dia 1 de Dezembro de 2022, o Governo fez uma denúncia de práticas de violação dos direitos humanos, dirigida ao Sr. Procurador-Geral da República, está aqui. Por isso, os acontecimentos do Quartel que levaram à morte das quatro pessoas, nós denunciámos e pedimos inquérito urgente ao Procurador-Geral da República.

Bem, depois o Governo, como foi dito aqui, logo nas primeiras horas, pediu o apoio de Portugal, ao abrigo de um acordo que temos com Portugal, apoiar tecnicamente essa investigação e apoiar o Ministério Público. O que foi feito. E o Ministério Público, que é o único detentor da acção penal, fez os seus trabalhos, conduziu a investigação, e o Governo limitou-se a dar os meios logísticos e financeiros para que essa investigação tivesse lugar. O Governo faz a política da Justiça, mas o Governo não faz justiça. A Justiça é independente. E essa investigação acabou nos tempos legais e produziu-se um relatório que é público. Esse relatório que foi aqui apresentado, que é público e que tem as tais 500 páginas, que agora permite, uma vez a acusação concluída, estamos na fase do contraditório, a caminho do julgamento em Tribunal. O Governo não tem nenhuma acção nisso. Nenhuma. E como foi dito, o nome de Patrice Trovoada não figura em nenhuma das 500 páginas que foram produzidas na sequência de uma investigação profunda.

Abro só parênteses: alguém disse aqui que o meu telefone não foi inquirido, como é que sabe?

Murmúrios do ADI.

Como é que sabe? Bom, então, eu vou dar um conselho técnico aqui para as pessoas. Mesmo quando se apaga as mensagens, a polícia científica consegue reconstruir as mensagens apagadas. É uma questão de tempo. Quer seja Iphone, quer seja Samsung, é uma questão de tempo. Então, como eu disse ontem, vamos cavando, cavando, pode ser que se encontre alguma coisa. Então, eu não sei se o meu telefone foi rastreado, porque não é meu problema, é problema do Ministério Público e da PJ. Agora, nós temos exemplos, porque se falou da credibilidade, este Governo, nesse caso, foi bastante credível.

Houve uma morte na PJ, estamos à espera do relatório até hoje.

Murmúrios e aplausos do ADI.

Então, eu quero dizer que não é só o Governo, São Tomé e Príncipe todo foi credível nesses acontecimentos, porque toda gente reconhece que a investigação foi feita de uma maneira independente, sem pressão, e tecnicamente foi bem feita. Porque, graças à cooperação com Portugal, conseguimos ter meios técnicos que nós não teríamos, para esclarecer o mais longe possível que pudermos esses acontecimentos. E nós nos socorremos de um país que é um país que não se pode apontar o dedo que não seja democrático. Aliás, toda gente faz referência sempre a Portugal aqui. Nós nos socorremos de um país que, não só é Portugal, mas é membro da União Europeia, que é membro da EUROPOL, que é membro de todos os organismos internacionais dos mais credíveis, em matéria de protecção dos direitos humanos. Por isso, nós somos credíveis e somos reconhecidos pela comunidade internacional como credíveis. Nós, São Tomé e Príncipe, não quero falar só do Governo, e é bom que se preserve essa credibilidade, e nós estamos aqui a manchar o bom nome do nosso país e dos nossos compatriotas.

A questão do enterro, parece-me que foi abordada, o protocolo que nós temos em São Tomé e Príncipe, quando há casos desses, em que há envolvimento, de uma maneira ou outra, das Forças de Defesa e de Segurança, é a Polícia que costuma conduzir os enterros. Sempre foi assim.

Uma voz do ADI: — Eles sabem, eles sabem.

O Sr. **Primeiro-Ministro e Chefe do Governo:** — É um protocolo que existe e foi sempre assim. Agora, o que é que nós podemos mais acrescentar? Existe aqui um termo de arguido, mas se formos ao dicionário, arguido, aliás, como eu não sou muito bom em português, eu fui ao dicionário para ver se havia uma

tradução de arguido numa outra língua. Mas cheguei à conclusão que se põe muita coisa no arguido. No fundo, logo que se abre um processo contra alguém, a pessoa é arguida. Mas há arguido e arguido e existe a presunção de inocência, que eu saiba, confirmada ainda pelo Ministro da Defesa, que está cá nesta Sala. Nenhum arguido foi promovido, ou foi de férias ou foi de formação. Aliás, todos os arguidos, que eu saiba, têm um TIR. Então, se um arguido viaja, é com autorização da Justiça. Há uns que viajaram, mas eu não conheço militar que viajou, tendo um TIR, sendo arguido. Civil, há alguns. Então, minha gente, eu repito, o Governo não faz justiça. O Governo comportou-se dentro das suas competências e levou as coisas dentro do limite das suas competências. Mas há uma coisa que não se fala. No início, cada um tem a sua opinião, eu tive a minha, mas hoje, há uma tipificação daquilo que aconteceu, feita na sequência das investigações do Ministério Público. O que é que o Ministério Público disse? Tentativa de subversão da ordem constitucional, por meios violentos. O que é que isso quer dizer?

Uma voz do ADI: — Golpe de Estado.

O Sr. **Primeiro-Ministro e Chefe do Governo:** — Golpe de Estado. Está no relatório. Então, falemos também, não das consequências, não dos efeitos colaterais, não das perdas de vidas humanas, mas falemos também do início disso tudo. Tentativa de golpe de Estado. E se tivessem conseguido esse golpe de Estado, não teríamos esse debate aqui hoje. É preciso reconhecer isso. Por que é que estamos a ter este debate aqui, hoje? Por causa das Forças Armadas de São Tomé e Príncipe.

Aplausos do ADI.

Que fique bem claro, não contem comigo para destruir a Instituição Forças Armadas de São Tomé e Príncipe.

Aplausos do ADI.

Nós, repito, pedimos logo uma investigação, fizemos uma queixa contra aquilo que aconteceu no Quartel, mas nós também, como Governo, sempre procuramos defender a Instituição Forças Armadas de São Tomé e Príncipe. Porque essa instituição deveria ser defendida por outros que sabiam que havia coisas em preparação, mas deixaram a instituição ser surpreendida pelos acontecimentos.

Vou dizer mais, conhecendo a situação das Forças Armadas, conhecendo os primeiros elementos que temos aqui, como eu disse arguido, abriu-se um processo, é arguido, mas deixemos a Justiça fazer o seu trabalho, para irmos até o fundo, porque não vale a pena tomar decisões precipitadas, em relação a um arguido, sobretudo quando esse arguido é de uma instituição que defendeu o Estado de Direito, a República e a Democracia. Não contem comigo para isso. Eu não faço politiquices com as Forças Armadas...

Aplausos do ADI.

...e as Forças Armadas têm que ser acarinhadas. Durante 4 anos, nem um fardamento, nem uma bota, nem um carro, nem absolutamente nada. As Forças Armadas têm que ser acarinhadas. Vocês sabem que em função do índice das Nações Unidas, pobre é aquele que vive com menos de 1,8 dólares por dia. Um homem nas Forças Armadas vive com 23 dobras por dia, 1 dólar. Com 1,8 dólares você já é considerado pobre. Nas Forças Armadas, um homem, matabicho, almoço, jantar, só há 23 dobras. As nossas Forças Armadas têm que ser apoiadas. O País tem dificuldades, mas eles também têm dificuldades. Não podem ser só atacados, cruxificados, internacionalmente. Não podem. Houve de facto acontecimentos lá deploráveis. Deixemos a Justiça passar, mas não vamos destruir as Forças Armadas.

Aplausos do ADI.

Por conseguinte, a questão do relatório está esclarecido. O relatório é secreto. Oçam, vocês que se dirijam à CEEAC, aquela CEEAC que em 2018 vocês andaram a condenar e a insultar aqui diante do Tribunal Constitucional...

Murmúrios do ADI.

... e perguntem à CEEAC se quer vos dar uma cópia do relatório. No nosso caso, porque nós temos responsabilidade e postura de Estado, a CEEAC disse que o relatório é secreto. O parcial é secreto, o final é secreto, nós só temos o parcial hoje, e só três pessoas têm acesso ao relatório: Presidente da República de São Tomé e Príncipe, Primeiro-Ministro de São Tomé e Príncipe e Presidente em exercício da CEEAC, na altura, o Presidente Tshisekedi e agora o Presidente Ali Bongo do Gabão, que é o novo Presidente. Está esclarecido.

Quanto ao resto, as coisas estão nas mãos da Justiça, felizmente somos um País Democrático, o Ministério Público mandou os relatórios que estão nas mãos de qualquer cidadão que quiser consultar. Estamos na fase do contraditório, as pessoas podem defender-se agora e depois iremos ao julgamento.

Qualquer outra informação, provas, índices, por favor, dirijam-se ao Ministério Público.

Aplausos do ADI.

Com a competência que o Ministério Público mostrou, com o apoio de Portugal, as investigações podem evoluir, mas não vamos fazer politiquices com aquilo que aconteceu. Lamentamos, mas eu lamento primeiro a tentativa de golpe de Estado. Eu lamento primeiro que homens vestidos de camuflado entraram no Quartel, com a intenção de matar militares da República. Eu lamento isso tudo, eu lamento as mortes, mas agora as coisas estão nas mãos da Justiça. Nós só podemos explicar o que é do nosso controlo e conhecimento. É tudo o que eu tenho para dizer. Muito mais, eu deixo os Srs. Deputados debaterem. Eu deixo também aqui 4 membros do Governo que poderão dar mais esclarecimentos.

Conforme eu anunciei ontem à Sra. Presidente da Assembleia Nacional, eu tenho um encontro às 14 horas com o Presidente Obiang da Guiné Equatorial.

O Sr. **Adelino da Costa** (MLSTP/PSD): — Eu já sabia.

O Sr. **Primeiro-Ministro e Chefe do Governo**: — É um sinal de transparência, mas eu quero dizer o seguinte: nós é que precisamos, por isso eu vou à Guiné-Equatorial ter com o Presidente Obiang. Muito obrigado.

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente**: — Os Srs. Deputados que quiserem se inscrever, façam-no por favor...

O Sr. **Jorge Bondoso** (ADI): — Vamos fazer.

Uma voz do ADI: — Vamos a debate.

Murmúrios.

A Sra. **Presidente**: — Está inscrita a Sra. Deputada Beatriz Azevedo.

Sr. Líder Parlamentar, a Mesa está a conduzir os trabalhos. Acabou de falar o Sr. Primeiro-Ministro, estamos a continuar o nosso debate. Está inscrita a Sra. Deputada Beatriz Azevedo, mas está a pedir uma interpelação à Mesa o Sr. Deputado Danilo Santos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Danilo Santos.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, quando fiz a minha última intervenção, disse que o debate foi pedido com o Governo, personificado pelo Sr. Primeiro-Ministro. Se o Sr. Primeiro-Ministro abandonou o debate, nós suspendemos o debate até que o Primeiro-Ministro esteja presente.

Muito obrigado.

Murmúrios do ADI.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Pedido de esclarecimento.

Murmúrios do ADI.

Uma voz do ADI: — Marca falta.

A Sra. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente. É pedido de esclarecimento?

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sra. Presidente, eu venho fazer um pedido de esclarecimento ao último orador, neste caso o Líder Parlamentar do MLSTP/PSD.

O Líder Parlamentar do MLSTP/PSD, a Bancada do MLSTP/PSD, fez um pedido, ao abrigo do artigo 88.º do Regimento da Assembleia Nacional. E esse artigo não diz que o debate de urgência é com o Governo. Srs. Deputados há um Regimento. O debate sobre o estado da Nação é com governo, o debate sobre aprovação do Programa do Governo, é com o Primeiro-Ministro, o debate sobre o Orçamento e as Grandes Opções é com Governo, Monção de Censura é com o Governo, Monção de Confiança é com o Governo, debate com o Primeiro-Ministro é com o Governo, mas debate sectorial com os ministros e debate de urgência não é obrigatório o Governo estar aqui.

Murmúrios do MLSTP/PSD.

Eu estou a falar do Regimento.

O Sr. **Eláccio da Mata** (MLSTP/PSD): — Ele veio fazer o quê?

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sra. Presidente, é permitido, regimentalmente reagir, mas não sobrepor-se. O que eu estou a dizer é que qualquer Deputado que quiser contrariar o que eu estou a dizer, venha dizer, citando o Regimento.

Por esta razão, sobre o debate de urgência, para as pessoas que nos acompanham também, não é obrigatório regimentalmente a presença do Primeiro-Ministro. Como o Primeiro-Ministro quis vir esclarecer, veio.

O Sr. **Eláccio da Mata** (MLSTP/PSD): — Abandonou.

O Sr. **Oswaldo Abreu** (MLSTP/PSD): — Esclarecer o quê?

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Esclareceu.

Agora, continuando o debate e por se tratar de um debate de urgência, existem os ministros, estão cá os ministros, que podem responder. Então, o debate deve continuar.

Muito obrigado.

Aplausos do ADI.

Uma voz do MLSTP/PSD: — Vocês são maus, pá.

A Sra. **Presidente:** — Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

É verdade, o Sr. Primeiro-ministro tem uma agenda, sacrificou a agenda...

Vozes do MLPSP/PSD: — Ooooooooooh.

Murmúrios do MLSTP/PSD.

O Sr. **Oswaldo Abreu** (MLSTP/PSD): — E nós não valem nada aqui!

A Sra. **Presidente:** — ...compareceu...

Murmúrios do MLPSP/PSD.

...eu posso falar? O Sr. Primeiro-Ministro compareceu, esclareceu...

Uma voz do MLSTP/PSD: — Não esclareceu nada.

A Sra. **Presidente:** — ... as questões, entretanto, temos aqui os membros do Governo, que vão continuar o debate.

Como dizia o Sr. Vice-Presidente, alguém que venha cá dizer, regimentalmente, onde é que está escrito que o Sr. Primeiro-Ministro, obrigatoriamente, deve acompanhar o debate, do princípio ao fim. Venham cá dizer, estamos aqui. O Regimento é para isso mesmo, minha gente.

Agora, uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. Por amor de Deus!

Estamos aqui, vamos continuar o debate, o debate é para se esclarecer as questões, temos cá os ministros que vão continuar.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Pedido de esclarecimento.

A Sra. **Presidente:** — Vamos continuar, mais uma vez eu peço serenidade.

O Sr. Líder Parlamentar está a pedir a palavra em que quadro?

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Artigo 81.º.

A Sra. **Presidente:** — Artigo 81.º, sem problemas nenhuns, pede a interrupção da reunião.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Disse que vou citar o artigo 81.º.

A Sra. **Presidente:** — Sim, o senhor pode citar o artigo?

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Artigo 81.º.

A Sra. **Presidente:** — Ok, então pode ler o artigo. Estamos a contextualizar a situação.

Tem a palavra o Sr. Deputado Danilo Santos.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — «Os grupos parlamentares podem requerer por uma única vez a interrupção da reunião plenária, a qual não pode ser recusada pelo Presidente.» Neste caso, pela Presidente.

A Sra. **Presidente:** — Está a pedir a interrupção?

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Já pedi a interrupção.

A Sra. **Presidente:** — É isso que estou a dizer. Quanto tempo?

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Regimentalmente, o que está a dizer aqui, até 30 minutos. É o que manda.

A Sra. **Presidente:** — Então, a pedido do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, vamos suspender a sessão, por meia hora.

Está suspensa a sessão.

Eram 11 horas e 35 minutos.

Retomou-se às 12 horas e 15 minutos.

A Sra. **Presidente:** — Temos agora na Sala 48 Deputados, vamos retomar o nosso debate de urgência. Aquando da suspensão, estava inscrita a Sra. Deputada Beatriz Azevedo, mas antes o Sr. Líder Parlamentar está a acenar. Vai fazer uma intervenção?

Tem a palavra o Sr. Deputado Danilo Santos.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, é na sequência da atitude e do comportamento do Sr. Primeiro-Ministro, que falou e abandonou a Sala, não esperou o contraditório, nós falamos, o Sr. Primeiro-Ministro ouviu, e veio cá expor tudo o que pensa, o seu ponto de vista, as suas opiniões, respeitamos, mas também devia ouvir as nossas opiniões, porque estamos aqui exactamente para debater, é o contraditório. O Sr. Primeiro-Ministro emitiu as opiniões, devia também ouvir.

O Sr. Primeiro-Ministro, para mim, para nós, para a nossa bancada, faltou... a Assembleia Nacional, os Deputados, a Sra. Presidente, de forma grosseira, com o seu comportamento. A agenda deste debate tem no mínimo 15 dias, um assunto de tamanha importância, tão badalado, o Sr. Primeiro-Ministro dissera que viria cá logo que saíssem os resultados dos inquéritos, não podia agendar para a mesma hora do debate outros compromissos. Se o fez, não valoriza a Assembleia, tem receio de confronto de ideias e de opiniões, o que não é bom, devia estar cá sentado.

Pelo que, Sra. Presidente, a partir deste momento, não faremos qualquer intervenção.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Líder Parlamentar da Bancada do MLSTP/PSD.

O que me oferece dizer é que o Sr. Primeiro-Ministro se ausentou por motivos de agenda, e nós temos na Sala os Ministros que fazem parte do Governo, que são membros do Governo, que vão continuar connosco para o debate.

Disse o Sr. Líder Parlamentar que não farão qualquer intervenção, estão no vosso direito, mas o debate não vai parar, temos ainda tempo. Temos o ADI com 41 minutos e 21 segundos, o MLSTP/PSD, que não vai usar o seu tempo, com 47 minutos e 48 segundos, o MCI/PS-PUN com 9 minutos, o Movimento Basta com 4 minutos e o próprio Governo com 31 minutos e 2 segundos. Então, é o tempo que ainda nos resta, estamos abertos a intervenções, a Sra. Deputada Beatriz Azevedo está inscrita, pode fazer uso da palavra, por favor.

O Sr. **Elákcio da Mata** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, antes um pedido de esclarecimento, por favor.

A Sra. **Presidente**: — Mas não se esqueça, Sr. Deputado Elákcio, que esclarecimento é descontado no seu tempo.

O Sr. **Abnido d' Oliveira** (ADI): — Já me tinha inscrito há muito tempo. A senhora não me quer dar palavra.

A Sra. **Presidente**: — Sr. Deputado Elákcio, vamos só nos acalmar. O senhor vai fazer um pedido de esclarecimento, certo? Mas ouve...

O Sr. **Elákcio da Marta** (MLSTP/PSD): — Artigo 102.º, ponto 1.º.

A Sra. **Presidente**: — Artigo 102.º, ponto 2 também diz que os Deputados que queiram formular pedidos de esclarecimento devem inscrever-se no tempo da intervenção que o suscitou, sendo formulados e respondidos pela ordem de inscrição. Isso é o que está cá escrito, no que nos rege.

Então, tem a palavra o Sr. Deputado, mas vai descontar no tempo da sua Bancada. Era só para contextualizar.

O Sr. **Elákcio da Marta** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, eu peço este esclarecimento, no artigo 102.º ponto 1.º, porque o Deputado Abnildo, quando fazia uso da palavra, havia dito de que o Governo veio cá para esclarecer. E uma vez que eu, enquanto representante do povo, formulei várias perguntas direccionadas ao Primeiro-Ministro, Patrice Trovoada, e o mesmo abandonou a Casa Parlamentar, Sra. Presidente, colegas Deputados, eu não estou disponível para continuar, estarei disponível para receber uma falta, irei abandonar a plenária.

Muito obrigado.

Aplausos do MLSTP/PSD.

Uma voz do ADI: — Você não respeita o seu Líder.

A Sra. **Presidente**: — O Sr. Deputado está no seu direito, vai apanhar uma falta, é verdade, e os trabalhos vão continuar.

Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo.

Murmúrios.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI/PS-PUN): — Sra. Presidente, Membros da Mesa, Caras e Caros Deputados, Membros do Governo, Srs. Jornalistas, Técnicos e todos os que nos estão a escutar, boa tarde.

Eu tomo a palavra neste debate de urgência, para chamar atenção aos nossos Deputados, aos nossos dirigentes e àqueles que foram dirigentes deste país, que nós temos que saber responder às coisas, seja lá em que momento for, tanto quando nós estamos no poder, como mesmo fora do poder. Toda gente sabe que a Justiça está morta. O que eu quero aqui dizer é que nós, os Deputados, exigimos que o Ministério Público trabalhe, e todos nós sabemos que quando um documento está na alçada da Justiça, o mínimo que podemos fazer é esperar. O mínimo. Vamos deixar à Justiça, ao Ministério Público ou seja lá a quem for que tenha essa alçada. Esperemos com tranquilidade!

Porque, se nós vamos exigir ao outro que faça o mesmo, quando nós estávamos no poder as coisas não foram como o povo queria. Eu venho para fazer lembrar algumas situações que ocorreram no nosso país. Nós temos que ser sérios!

Uma Voz do ADI: — Hum, hum, cá fad' iném.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI/PS-PUN): — Nós temos que ser coerentes, temos que ser responsáveis pelos nossos actos. Vamos fazer com que São Tomé e Príncipe seja e continue a ser modelo. Não podemos estar a pegar o País e fazer duas repúblicas. Porque o que eu vi aqui durante esses anos, eu estou no terceiro mandato, o primeiro meu mandato foi em 2014, quando saí da Bancada Parlamentar do MLSTP/PSD...

Vozes do ADI: — Muito bem. Ainda bem, fez bem.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI/PS-PUN): — ...de 2014 a 2018, estive na Bancada Parlamentar do MLSTP/PSD, de 2018 a 2022, com dois Deputados nesta Casa Parlamentar, sempre eu pautei pela coerência...

Uma voz do ADI: — O País está atento.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI/PS-PUN): — ... sempre exige que as verdades têm que ter uma cara só. As verdades não podem ter duas caras. Não podem ter duas caras, porquê? Porque nós não podemos sustentar uma coisa quando estamos no poder, e depois fora do poder sustentar outra coisa.

O que está em causa, gente, é São Tomé e Príncipe. São Tomé e Príncipe é que está em causa. Qualquer mal que seja que cidadão for causar, ele não está a causar problema só ao País, mas está a causar problemas a cada filho deste território. Porque se nós estamos em condições de exigir, nós temos antes que assumir a nossa responsabilidade, e quando nós assumimos a nossa responsabilidade, aqui nós exigimos às outras pessoas que também sejam responsáveis.

Eu quero aqui lembrar que ainda na legislatura passada, a ronda que ocorreu neste país, o Primeiro-Ministro cessante, o Sr. Jorge Bom Jesus, convidou os partidos políticos para o seu gabinete, para dizer que o País estava em cima de um barril de pólvora, que houve militares à volta da Presidência da República, o Morro, e que iria fazer um levantamento, iria apresentar aos partidos políticos com assento parlamentar um relatório daquilo que tinha acontecido.

Uma voz do ADI: — Jorge mé?!

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI/PS-PUN): — Mas o que aconteceu, mesmo com a doideira do Ministro da Defesa, porque segundo as informações, aquilo que se dizia aqui é que ele perdeu a memória.

Murmúrios e risos.

Uma voz do ADI: — *Bô consê Jorge mali!*

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI/PS-PUN): — Mas porquê?

Uma voz do ADI: — Ainda pergunta?

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI/PS-PUN): — Porquê, gente? Porquê? Vamos ser sérios!

A Bancada Parlamentar do MCI/PS-PUN condena, e quem acompanhou a comunicação social ouviu o nosso comunicado. Dissemos que condenamos o acto, mandamos condolência às famílias das vítimas, mas o que nós queremos é que coisas dessas não voltem a acontecer no nosso país. Não voltem a acontecer, seja lá de que lado nós estivermos. Não podem estar a acontecer, gente.

Houve casos que nós ouvimos ainda na legislatura passada, em que tentaram dar responsabilidade ao centro hospitalar, dizendo que a vítima saiu de Polícia Judiciária (PJ), morreu no hospital, mas o director do Hospital, naquela altura, disse que não. Pelas informações dos serviços, o indivíduo chegou morto. Ou seja, deu entrada no centro hospitalar....

Uma voz do ADI: — Até hoje onde está o relatório?

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI/PS-PUN): — ... já sem vida.

Então, são todas essas coisas que vamos esperar justiça. E se nós queremos mesmo que a Justiça funcione neste país, todos nós temos que exigir que haja celeridade nos processos que estão nos Tribunais, no Ministério Público e na Polícia Judiciária.

Vamos deixar que os serviços continuem a trabalhar. Caso contrário, eu tenho muita pena, porque nós todos que estamos aqui, há pessoas com mais de 30 anos, se não tem não falta muito para 30 anos, e a maior parte já são pais, e nós não podemos, de maneira nenhuma, fazer com que a situação dos nossos filhos e netos continue a ser adiada. A situação de vida dessa população não pode, de maneira nenhuma, continuar a ser adiada, enquanto nós estamos aqui a fazer muitas vezes o que nem deveríamos fazer. Estamos aqui, vamos fazer com seriedade.

Eu quero aqui exigir a cada um Deputado, desde a Sra. Presidente, até ao último Deputado, vamos fazer o nosso trabalho. O Regimento, o Estatuto dos Deputados, a Constituição da República, mesmo com defeito, ainda nos ajuda. Ajude-nos a fazer com que este país seja um país melhor. Vamos, de vez em quando, dar uma olhadela naquilo que é a nossa Constituição da República! Vamos unir forças. Se há casos na Constituição da República que precisam ser melhorados, se há casos no Regimento da Assembleia Nacional que precisam ser modificados, e no Estatuto dos Deputados, vamos unir forças. Unir forças, de forma que São Tomé e Príncipe seja um país de exemplo, seja um país de respeito e seja um país onde qualquer cidadão que quiser vir intervir venha com uma boa justiça.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente:** — Muito obrigada, Sra. Deputada e Líder Parlamentar Beatriz Azevedo.

Por agora não temos qualquer inscrição. Não havendo mais, pelo menos do Grupo Parlamentar do ADI e do lado BASTA, vamos fechar, pedindo ao Grupo Parlamentar proponente, se achar ou desejar fazer o encerramento do debate, que é o direito que lhe assiste.

Tem a palavra o Sr. Deputado Wuando Castro.

O Sr. **Wando Castro** (MLSTP/PSD): — Obrigado, Sra. Presidente.

Nós, quando introduzimos o debate hoje, frisamos no nosso texto que era essencial debater os aspectos políticos. Fizemos questão de frisar que a Justiça tem o seu tempo, e o que é da Justiça será resolvido dentro dos preceitos e das leis vigentes na República. Mas esses acontecimentos transcendem aquilo que são simples actos jurídicos. Há a parte política, e a parte política não espera, porque está em causa a imagem e o bom nome do País.

O Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira, quando veio cá, disse que eu falei inventona, o que é uma mentira.

A minha intervenção está gravada, em momento algum eu falei de inventona, e nós aqui temos que começar a dar exemplo, falar a verdade e ser sérios, e sobretudo começarmos a ouvir bem o que uns e outros dizem, para não estarem sempre a acusar-nos e apontar-nos o dedo.

Eu falei em alegada tentativa de golpe de Estado. Alegada. Alegada porquê? Porque está em processo de acusação. Não houve julgamento, não houve condenação, portanto, é alegada. A chamada e bonita presunção de inocência, que foi aqui uma vez mais usada. Só que infelizmente a presunção de inocência é usada para uns e não para outros. E há quatro pessoas que não podem gozar hoje desse direito. O Arlécio, o Into, o Armando e o Isaque não podem gozar do direito de presunção de inocência. Este é o facto, sério, concreto e indesmentível deste processo. Estão mortos, foram mortos na circunstância que todos nós conhecemos, e parece que tem havido algumas acções na tentativa de que a verdade não venha à tona. E nós voltamos a dizer, estamos a focar sempre nos aspectos políticos. Não percebemos por que é que não foram assacadas as responsabilidades políticas nesse processo.

Depois da demissão do Chefe de Estado-Maior, o Brigadeiro Olinto Paquete, mais grave, depois das declarações que ele fez, acusando algumas pessoas, dizendo que foi enganado, que tudo não passou de uma armação, eu acho que no mínimo as chefias militares, o Ministro da Defesa, Ministra da Justiça, deviam estar em causa, politicamente. Não estou a acusar ninguém, politicamente.

Nós vimos ainda no Reino Unido há dias, o Vice-Primeiro-Ministro foi acusado de *bulling*, o quê que aconteceu? Pediu demissão, para preservar a imagem do governo, do Estado.

Murmúrios do ADI.

Em Portugal, Boaventura de Sousa, o Professor que foi acusado de assédio sexual, o processo nem entrou ainda nos Tribunais, mas foi suspenso das suas funções, para garantir a boa imagem da instituição que representa.

Nós estamos a falar que, no mínimo, devia haver esta preocupação com a imagem do Estado. Nós, hoje, temos pessoas que estão acusadas formalmente pelo Ministério Público, que amanhã poderá surgir uma missão e estarão a representar o povo, a representar o País no estrangeiro. Isto é normal? Os senhores concordam com isso? Acham normal? Sinceramente! É isto que está em causa. É uma questão de Estado, de imagem.

Infelizmente, temos que lamentar que o Sr. Primeiro-Ministro tenha ido embora, porque não estamos a pôr em causa os relatórios, não estamos a pôr em causa a capacidade técnica da Polícia Judiciária, nem as nossas relações de cooperação com Portugal. Estamos a pôr em causa os aspectos políticos deste processo.

Eu sei, porque converso com alguns de vocês nos corredores, que têm outra opinião, só que não podem expressar, e nós compreendemos.

Murmúrios do ADI.

Aplausos do MLSTP/PSD.

Portanto, Sra. Presidente...

Uma voz do ADI: — Mentiroso.

O Sr. **Wando Castro** (MLSTP/PSD): — Eu sei. Se eu tiver que dizer nomes, estaria a escavar a vossa sepultura política. Não vale a pena.

Sra. Presidente, termino, uma vez mais, em nome da Bancada do MLSTP/PSD, lamentando que as coisas tenham corrido assim, lamentando que a senhora tenha sido previamente informada da viagem do Sr. Primeiro-Ministro e não nos tenha informado, pois teríamos tomado uma posição desde o início, e lamentando que o Sr. Primeiro-Ministro tenha se ausentado, uma vez mais da Sala, e fugido ao debate do contraditório, que em democracia é essencial.

Muito obrigado.

Aplausos do MLSTP/PSD.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Wuando Castro.

Assim sendo, encerro esta sessão, vamos fazer um intervalo e retomaremos às 14 horas, impreterivelmente. Às 14 horas eu estarei cá.

Então, está encerrada esta sessão.

Eram 12 horas e 38 minutos.